

Conflito na Escola Americana

RENATO ALVES

DA EQUIPE DO CORREIO

O comando de uma instituição que ocupa área equivalente a cinco campos de futebol, na 605 Sul, em Brasília, é motivo de disputa entre brasileiros e americanos. A falta de acordo entre as duas partes pode provocar o fim da Escola Americana de Brasília, único estabelecimento de ensino habilitado pelo governo norte-americano na capital brasileira. E que atende, além de brasileiros, filhos de funcionários de organismos internacionais, diplomatas e embaixadores que moram em Brasília.

A batalha teve início com a mudança do Código Civil Brasileiro, em janeiro de 2002. Como a nova lei estabelece direitos e deveres iguais a associados de qualquer instituição, a Escola Americana de Brasília teve de reformular seu estatuto. O documento quase não havia sofrido alteração desde a inauguração do colégio, em 1961. Ele garantia amplos poderes aos fundadores, os americanos.

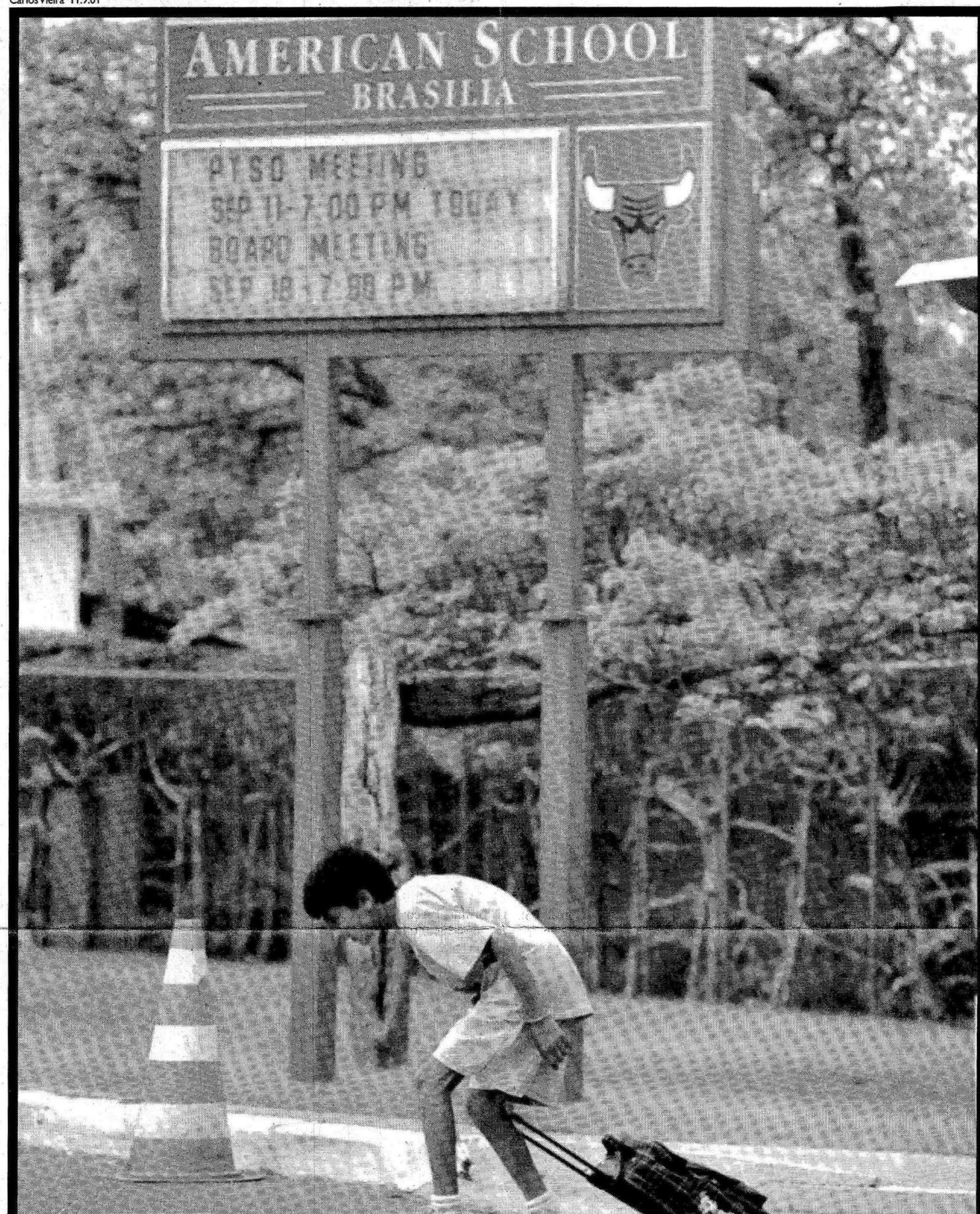
O novo Código Civil trouxe mudança mais profunda no fim do ano passado. Com eleição geral aberta a todos os pais de alunos e professores, os americanos perderam o poder supremo. O conselho hoje está dividido. É formado por quatro brasileiros, um coreano e quatro americanos, incluindo o representante da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.

Em princípio, a divisão no conselho da Escola Americana fomentou uma espécie de guerra fria. A primeira batalha foi declarada com uma posição norte-americana. A arma deles também tem como matéria-prima o novo Código Civil Brasileiro. Querem fazer valer o artigo que determina o pagamento de preço igual por um mesmo serviço.

Desde a sua inauguração, a Escola Americana de Brasília cobra preços diferenciados entre alunos estrangeiros e brasileiros, que representam 65% dos estudantes. Hoje, os brasileiros pagam, em média, o equivalente a US\$ 500 (R\$ 1.500) por mês. Já os estrangeiros desembolsam o triplo. Os pais brasileiros rechaçam a idéia de igualar os preços. Alegam que as mensalidades dos estudantes estrangeiros cujos pais trabalham em embaixada ou organismo internacional são pagas pelos governos e instituições que representam.

A nova mensalidade entra em vigor em agosto. Se os americanos persistirem no ataque, os brasileiros pretendem revidar com uma debandada em massa. Eles ameaçam retirar os filhos da escola, o que pode inviabilizar economicamente o funcionamento da instituição. Já os americanos estudam a criação de outra escola, só para eles. Mas a idéia

NA ESCOLA AMERICANA, LOCALIZADA NA ASA SUL, OS ESTUDANTES PARTICIPAM DE EVENTOS TÍPICOS DE COLÉGIOS DOS ESTADOS UNIDOS: EDUCAÇÃO INTERNACIONAL



esbarra na falta de credenciamento do Ministério da Educação. Se vencerem, os brasileiros defendem a mudança de nome do estabelecimento para Escola Internacional de Brasília.

Embaixadora

Para tentar uma trégua, os dois lados têm recorrido a políticos brasileiros. Entre eles, o senador Paulo Octavio (PFL-DF), que tem dois filhos na Escola Americana de Brasília. Ele tem feito o papel de interlocutor entre as duas partes.

"O quadro é preocupante. Não podemos permitir o fechamento de uma instituição tão importante para Brasília", alerta o senador.

Paulo Octavio teme que o fim da Escola Americana impeça a vinda de investidores estrangeiros e provoque uma rejeição por parte de diplomatas e embaixadores. "Um diretor do Banco Mundial já me disse que se muda da cidade se isso ocorrer. Ele tem dois filhos na escola", conta o senador.

O conflito levou Paulo Octavio a um encontro com a embaixa-

dora dos Estados Unidos no Brasil, Donna Hrinak, domingo. "Ela também demonstrou preocupação por causa da falta de consenso entre as duas partes", relatou o senador. A assessoria da embaixadora disse que ela não comentou o caso publicamente.

Já Paulo Octavio se reúne hoje à noite com um grupo de pais brasileiros que têm filho na Escola Americana. "Defendemos a criação de um conselho mantenedor com 30 membros e equiparação das mensalidades, com

aumento gradual, em três anos", adianta o senador.

Além dos pais, entre os mantenedores estariam representantes de outras embaixadas, além dos Estados Unidos. Paulo Octavio não quis falar em valores, mas os pais defendem uma mensalidade de US\$ 700 para todos, daqui a três anos. Para compensar a redução do valor pago pelos estrangeiros, eles querem reduzir os custos operacionais da Escola Americana. Para isso, cortariam gastos que julgam excessivos, como parte dos

Normas são brasileiras

Fundada em 1962, a Escola Americana de Brasília é uma associação aberta à comunidade. Apesar do nome, ela é brasileira. Segue normas do Ministério da Educação, como 200 dias letivos. Mas também tem padrões do sistema norte-americano, por isso, seu diploma é reconhecido nos Estados Unidos e em outros países.

Para fazer parte da comunidade da Escola Americana, o pai precisa matricular pelo menos um filho na instituição e pagar uma taxa de adesão, que corresponde a uma matrícula. Depois, o associado tem de pagar 12 mensalidades por ano, que inclui material de estudo — cadernos, livros entre outros — e todos os itens pedagógicos. Não há cobranças de matrículas anuais.

A escola é administrada por um conselho formado por oito integrantes, eleitos por voto direto de pais e professores. A Embaixada dos Estados Unidos no Brasil indica o nono membro do conselho gestor. Cada integrante tem mandato de dois anos. O conselho administra o dinheiro arrecadado com as mensalidades.

Decisões como mudança no estatuto e aumento de mensalidades são discutidas em assembleias gerais, aberta a todos os associados. As reuniões, geralmente, são anuais.

secretários que atendem aos conselheiros e festas típicas comuns nas escolas dos Estados Unidos.

Os conselheiros evitam o assunto. Um deles, Abel Fernandez, peruano naturalizado americano, fez questão de telefonar para o Correio ontem. Mas não deu sua posição. Disse apenas que tudo deve ser tratado diretamente com a presidente do conselho, a americana Shelley Wolley. Porém, Abel afirmou que ela só pode dar entrevista na sexta-feira. Shelley não foi localizada pela reportagem.